

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2025/17945</b>	<b>24120/2025</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Unidade Administrativa		
<b>DOM - UAC [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica de suporte à presente decisão.

**Concurso Público: CPE.09.25.DMOSM**

**Contratação: empreitada de "RENATURALIZAÇÃO DO RIO ESTE NO MUNICÍPIO DE BRAGA ENTRE A LAGOA E A AV. FREI BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES".**

**Preço base (Pb): €895.512,40 (oitocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e doze euros e quarenta cêntimos) (Sem IVA);**

**Prazo máximo de execução da empreitada: 180 (cento e oitenta) dias.**

**ASSUNTO : RATIFICAÇÃO DA APROVAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E DA APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO.**

### PROPOSTA:

Submete-se para ratificação a decisão de aprovação da proposta de adjudicação e aprovação da minuta do contrato, efetuada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, em 30/05/2025.

Na sequência da referida aprovação da proposta de adjudicação, que se anexa, e pelo facto da proposta do único concorrente PRODÍGIPADRÃO - CONSTRUÇÃO, LDA, ter ter sido



admitida, a presente empreitada foi-lhe adjudicada pela quantia de **€875.656,40 (oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis euros e quarenta cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e pelo prazo de execução da empreitada de **180** (cento e oitenta) dias.

Simultaneamente com a decisão de adjudicação foi aprovada a Minuta do Contrato, que se anexa.

Assim, submete-se para ratificação a decisão do Sr. Presidente, efetuada em 30 de maio de 2025, que aprovou a adjudicação da presente empreitada e em simultâneo aprovou a minuta do contrato.

## DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**ÓRGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:** Câmara Municipal de Braga

**DESPACHO do Presidente da Câmara Municipal:** Aprovo sob ratificação do Executivo Municipal.

**Concurso Público: CPE.09.25.DMOSM**

**Contratação: empreitada de “RENATURALIZAÇÃO DO RIO ESTE NO MUNICÍPIO DE BRAGA ENTRE A LAGOA E A AV. FREI BARTOLOMEU DOS MÁRTIRES”.**

**Preço base (Pb): €895.512,40 (oitocentos e noventa e cinco mil, quinhentos e doze euros e quarenta cêntimos) (Sem IVA);**

**Prazo máximo de execução da empreitada: 180 (cento e oitenta) dias.**

Abertura das propostas: 26/05/2025

## Proposta de Adjudicação da Empreitada

No âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º 10574/2025 foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 79, de 23 de abril de 2025, procedeu-se à publicação do procedimento por Concurso Público, com a referência: CPE.09.25.DMOSM, na plataforma eletrónica, tendo como resultado a apresentação de uma única proposta, nos termos seguintes:

Concorrente: **PRODÍGIPADRÃO – CONSTRUÇÃO, LDA.**

**Preço proposto: €875.656,40**

**Prazo de Execução: 180 dias.**

Assim, por ter sido apresentada apenas uma proposta, é dispensado o júri do procedimento, de acordo com o artigo 67.º, n.º 4 do Código do Contratos Públicos.

## I - ANÁLISE DA PROPOSTA:

Procedeu-se à análise da única proposta apresentada, no sentido de determinar se a mesma se conformava com os documentos normativos do procedimento e com a lei e se não



apresentava vícios ou irregularidades suscetíveis de determinar a sua exclusão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), tendo-se concluído que a proposta está em condições de ser admitida.

## II - ADJUDICAÇÃO

Uma vez que foi apresentada uma única proposta e que esta está em condições de ser admitida, propõe-se que esta empreitada seja adjudicada à empresa **PRODÍGIPADRÃO – CONSTRUÇÃO, LDA.** pela quantia de **€875.656,40**, a que acresce o IVA à taxa em vigor e com o prazo de execução da empreitada de **180 dias**.

Mais se propõe que se dispense a realização de audiência prévia, nos termos previstos na alínea f), do n.º 1 do artigo 124.º do *Código do Procedimento Administrativo*, uma vez que os elementos constantes do procedimento conduzem a uma decisão favorável à pretensão deduzida pelo interessado com a apresentação da respetiva proposta.

## II.1 – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 24.º do Programa do Concurso.  
O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

## II.II – Documentos de habilitação

Nos termos artigo 23.º do Programa do Concurso, o prazo para apresentação dos documentos de habilitação solicitados, é de 10 dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação.

### II.III – Contrato escrito

### II.III.I Minuta do contrato

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário

## II.IV - Compromisso

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte: 07/07030313 do Orçamento do Município, de acordo com as informações de cabimento n.º 94951 de 07/04/2025 e de compromisso n.º 125213 de 28/05/2025.



### III – NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta. Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário:

- Da adjudicação;
- Para apresentação dos documentos de habilitação exigidos no prazo fixado.

Braga, 29 de maio de 2025

Pelos Serviços da DMOSM/DOM/UAC,

**Em anexo:**

- Minuta do Contrato;
- Compromisso.







contrato, é o de **€ 875.656,40 (oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e seis euros e quarenta cêntimos)**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.\_\_\_\_\_

## Artigo 4.º

**(Condições de pagamento)**

\_\_\_\_1. A forma, os prazos e os demais termos de processamento dos pagamentos são os previstos nas cláusulas gerais do caderno de encargos.

\_\_\_\_2. No âmbito da execução do presente contrato, o empreiteiro fica obrigado, em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do Código dos Contratos Públicos, a emitir faturas eletrónicas.

## Artigo 5.º

(Revisão de preços)

\_\_\_\_1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de-obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, e obedece à fórmula prevista na cláusula 36.ª das cláusulas gerais do caderno de encargos.

\_\_\_\_2. Os diferenciais de preços, para mais ou para menos, que resultem da revisão de preços da empreitada são incluídos nas situações de trabalhos. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. Caso a revisão de preços venha a ser de sinal negativo, o empreiteiro fica obrigado a proceder ao pagamento do valor em dívida ao dono da obra, no prazo equivalente ao prazo de pagamento definido na cláusula 32.ª, n.º 6 do caderno de encargos, ou seja **60 (sessenta) dias**, a contar da respetiva notificação, sob pena de execução da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais.

## Artigo 6.º

**(Prazos de execução da empreitada)**

\_\_\_\_O prazo de execução dos trabalhos referentes à presente empreitada é de **180 dias**, de acordo com a proposta apresentada, contados da data da consignação da obra, devendo os trabalhos estar perfeita e integralmente concluídos, cumprido que esteja aquele prazo, nos termos previstos na cláusula 11.ª do caderno de encargos, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 362.º do Código dos Contratos Públicos.\_\_\_\_

## Artigo 7.º

**(Cessão da posição contratual)**

\_\_\_\_1. A cessão da posição contratual por parte do empreiteiro, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no artigo 317.º do Código dos Contratos





Públicos, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 318.º do referido Código.

\_\_\_\_2. A apresentação, por parte do empreiteiro, do pedido de autorização ao dono da obra não suspende a normal execução do contrato, permanecendo o empreiteiro integralmente obrigado ao perfeito e pontual cumprimento das suas obrigações contratuais.

\_\_\_\_3. O dono da obra autorizará ou não a pretendida cessão de posição contratual por consideração de critérios de legalidade e oportunidade.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 4. Caso o dono da obra não autorize a pretendida cessão de posição contratual no prazo de 8 (oito) dias contados da apresentação do respectivo requerimento, considera-se a pretensão indeferida.

\_\_\_\_5. A cessão de posição contratual pelo dono da obra produzir-se-á por notificação dirigida ao empreiteiro, sem prejuízo do disposto no **artigo 324.º do Código dos Contratos Públicos**.

## Artigo 8.º

**(Cessão da posição contratual por incumprimento do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. O dono da obra pode, nos termos previstos no artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos, impor ao empreiteiro a cessão da sua posição no contrato, em caso de incumprimento das suas obrigações, sempre que se mostrem reunidos os pressupostos para a resolução do contrato. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_2. A cessão da posição contratual ocorrerá por mero efeito de ato do dono da obra, sendo eficaz a partir da data indicada por este.

## Artigo 9.º

**(Subcontratação)**

\_\_\_\_1. A subcontratação, por parte do empreiteiro, de parte da sua prestação contratual, salvo quando legalmente vedada, nos termos previstos no **artigo 317.º do Código dos Contratos Públicos**, ou já assumida expressamente na proposta, depende de autorização prévia escrita por parte do dono da obra e, ainda, do cumprimento do disposto no n.º 3 do **artigo 318.º do referido Código**.

\_\_\_\_\_2. A autorização à subcontratação pelo empreiteiro rege-se pelo disposto no artigo 319.º do Código dos Contratos Públicos.

## Artigo 10.º

(Caução)

\_\_\_\_1. Para garantia da celebração do presente contrato, bem como do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, a adjudicatária







\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;

\_\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;

\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

\_\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.

\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.

\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.

\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.

### **Artigo 15.º** **(Invalidade parcial)**



\_\_\_\_Se alguma das disposições deste contrato vier a ser considerada nula ou inválida, tal não afetará a validade do restante clausulado, que se manterá plenamente em vigor.

**Artigo 16.º**  
**(Foro competente)**

\_\_\_\_Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência dos tribunais ou juízos especializados em razão da matéria que se encontrem na jurisdição do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.

**Artigo 17.º**  
**(Legislação aplicável)**

\_\_\_\_ Em tudo, o que não esteja integralmente previsto neste contrato aplica-se o disposto no caderno de encargos, e no Código dos Contratos Públicos e restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à segurança, higiene e saúde no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros.

**Artigo 18.º**  
**(Despesas do contrato e encargos do empreiteiro)**

\_\_\_\_1. Todas as despesas com a celebração do presente contrato serão da responsabilidade do empreiteiro.

\_\_\_\_2. Constituem encargo do empreiteiro as despesas relativas à prestação da caução e resultantes do pagamento dos prémios dos seguros exigidos.

### Artigo 19.º (Vigência)

\_\_\_\_1. O presente contrato entra em vigor na data da sua assinatura, produzindo todos os seus efeitos antes da obtenção da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos e com as consequências decorrentes do artigo 45.º, n.º 3 da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, com as diversas alterações que lhe sucederam, exceto quanto à obrigação de pagamento dos trabalhos a realizar entre a data da consignação e a data da notificação ao dono da obra da declaração de conformidade ou visto prévio do Tribunal de Contas ou da sua recusa.

\_\_\_\_2. No caso previsto na parte final do número anterior, os trabalhos já executados serão pagos ao empreiteiro, após aquela notificação desde que o respetivo valor não ultrapasse a programação contratualmente estabelecida para aquele período.

\_\_\_\_3. O prazo de pagamento dos trabalhos executados nos termos do n.º 1 do presente artigo conta-se a partir da notificação efetuada ao dono da obra pelo Tribunal de Contas.



**Pelo Dono da Obra,**

## Pelo Empreiteiro,

(Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)

(.....)

